

Sessão – Arqueologia, Museus e Espólios Arqueológicos



Gráfico 1: Percentualmente esta sessão acabou por ser a única em que o número de arqueólogos participantes era inferior a 50%, pese embora o menor grau de diversidade profissional face às inscrições.

Esta última sessão, do ciclo de conferências “Arqueologia, uma reflexão necessária”, contava com um programa menos extenso que a anterior, mas, em contrapartida, previa no final a realização de uma cerimónia de encerramento que serviria em simultâneo para a assinatura de um protocolo de colaboração com o Museu Nacional de Arqueologia.

Os dois painéis apresentavam temáticas complementares embora com alguns aspectos distintos, o primeiro mais centrado na apresentação das actividades dos museus e das suas estratégias de relacionamento com os seus potenciais utilizadores e o segundo mais voltado para a problemática da gestão dos espólios arqueológicos.

Painel I

Este painel juntou os directores do Museu Nacional de Arqueologia, do Museu Monográfico de Conímbriga e a responsável pelo serviço educativo do Museu de Mação.

A primeira intervenção pertenceu ao Dr. Luís Raposo do Museu Nacional de Arqueologia, que apresentou um conjunto de imagens representativas daquilo que se pode designar por pré-museus – os gabinetes de curiosidades – para mostrar que estes se abasteciam do saque de sítios arqueológicos.

Com essas imagens introdutórias pretendeu deixar expressa a oposição entre a arqueologia e o antiquarismo, centrado na descontextualização das peças.

No limite, a descontextualização das peças impediria a existência de museus de arqueologia, uma vez que a arqueologia se faz pelo estudo dos contextos.

Apresentou depois um conjunto de ideias feitas sobre os museus e os sítios arqueológicos musealizados. Os primeiros tidos como distantes, anacrónicos, elitistas e não lugares, enquanto os segundos seriam mais próximos das pessoas, actuais, populares e autênticos.

Com base neste cenário lançou a questão da vontade que existe, ainda hoje, de se criarem novos museus, tanto à escala nacional como local.

Para dar resposta a essa questão apresentou um conjunto de dados relativos ao número de visitantes de sítio e museus. Esses elementos permitiam observar que se os sítios recebiam em média um número de visitantes 5 a 8 vezes superior, sendo que no caso português essa diferença se fazia à custa dos visitantes estrangeiros e dos grupos escolares.

Outro aspecto a ter em conta nessa análise é que, somados todos os visitantes de museus, estes são em número superior aos visitantes dos sítios. No entanto, dado o maior número de museus, a sua média é inferior.

Voltando à dicotomia museus – sítios musealizados, apresentou as vantagens e inconvenientes de cada uma dessas estruturas museológicas. Assim, no seu entender, se os museus permitem melhores condições de conservação, de apresentação dos vestígios, a prestação de serviços complementares, uma maior facilidade de acesso e a construção de discursos globais, mas em contrapartida, têm como desvantagem a descontextualização dos vestígios, a criação de barreira físicas entre os objectos e os visitantes, a acumulação de objectos em reservas e finalmente a exposição massiva de objectos, que acaba por promover a sua auto-anulação.

Já os sítios permitem um contacto imediato com a realidade envolvente, a apreensão directa dos vestígios do passado, a recriação de ambientes e o desenvolvimento local. Do lado das fragilidades, os sítios apresentam os problemas associados à conservação, o impacto dos visitantes, os critérios utilizados no restauro, a dificuldade de acesso aos sítios e a ilusão de estar a viver o passado como se este tivesse sido capturado numa fotografia.

Face a estes dados, conclui que os museus não se destinam ao turismo de massas, nem a uma encenação do passado, ou a uma ocupação lúdica dos consumidores, mas antes a um relacionamento com grupos específicos de pessoas interessadas pelos temas do museu, a fazer uma mediação entre o presente e o passado, respeitando os documentos originais, a elaboração de discursos interpretativos do passado e a exigência intelectual.

Para isso é necessária uma definição clara do conceito de museu, a criação de conexões entre os diferentes museus e o estabelecimento de uma política global dos museus em rede.

Abordou então os resultados dos inquéritos aos museus realizados em Portugal, para concluir que desde a realização do primeiro, se verificou um aumento tanto das entidades que utilizam a designação de museu e que cumprem os requisitos mínimos para assim serem reconhecidas, como das que cumprem a integralidade dos requisitos.

Finalizou a intervenção afirmando que a lei dos museus prevê que estes sejam o destino final dos espólios resultantes da falta uma rede de reservas associadas a museus, que permita incorporar as colecções arqueológicas que aumentaram de forma exponencial nos últimos 10

anos. Apontou como solução possível para resolver esse problema, a criação de uma linha de apoio para a constituição de reservas arqueológicas estratégicas.

A segunda intervenção pertenceu ao Dr. Virgílio Correia, do Museu Monográfico de Conímbriga, que começou pelo enquadramento legislativo da Lei do Património que define o que são os bens arqueológicos e que os classifica como património nacional, e a Lei dos Museus que estabelece o depósito desses espólios em museus. Espólios esses que, de acordo com o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos, se compõem dos espólios materiais e documentais para possibilitar a sua contextualização.

Apresentou o papel que, na sua opinião, deve competir aos museus e que se divide em três vertentes: o papel de guardiães do passado, de centros de investigação e de locais de comunicação.

Aos museus caberá ainda serem um interface na gestão de sítios arqueológicos e destacou a importância dessa gestão ser feita com a cooperação das autarquias.

O papel de guardiães do passado pode caracterizar-se pela conservação das colecções tradicionais, mas também das colecções modernas, resultantes essencialmente da arqueologia de salvamento, descritas como sendo muito extensas e variadas, com um reduzido valor museológico tradicional, tendo associada uma forte componente documental e finalmente a ausência de enquadramento académico e científico.

Enfatizou a necessidade de os museus serem dotados de espaços de reserva, arquivo e bibliotecas para conseguirem cumprir essa tarefa de preservação do passado.

A vertente de museu como centro de investigação caracterizar-se-ia pela articulação entre gerações de investigação, ou seja, pela abertura ao estudo das colecções incorporadas no museu, o que remete para a necessidade de servir de suporte institucional a projectos de investigação a longo prazo e, finalmente ao funcionamento como eixo de ligação entre as academias e a tutela do património.

Abordou, depois, o exemplo de Conímbriga, onde o museu é um lugar de preservação da memória própria, os problemas inerentes à preservação do sítio arqueológico, um dos quais passaria pela necessidade de adquirir terrenos envolventes que permitissem a integração de elementos urbanos actualmente em terrenos privados e inacessíveis aos visitantes e investigadores. Para cumprir as vertentes antes enunciadas, lembrou a necessidade de existir uma estrutura orgânica e financeira.

Terminou a intervenção referindo que para os museus se assumirem como locais de comunicação, será necessário promover uma mudança de paradigma do objecto museológico que deixaria de estar exposto, para ser explicado, seguindo um modelo dos museus de ciência. Essa analogia aos museus de ciência estende-se à necessidade de ligar directamente as exposições com os projectos de investigação em curso e à criação de projectos de comunicação educacional.

A última intervenção pertenceu à Dr.^a Sara Cura que apresentou o exemplo do Museu de Mação, começando por fazer o enquadramento histórico da sua criação para passar a

apresentar o actual modelo de gestão, que passa por uma associação muito próxima do Município ao Instituto Superior Politécnico de Tomar, que permite associar o museu a um centro de investigação e à realização do mestrado internacional de arte rupestre.

A actual configuração do museu deveu-se em parte aos incêndios de 2003, altura em que o museu se encontrava encerrado para reestruturação e que obrigou a equipa a desenvolver extensos trabalhos de campo para avaliar o impacto no património arqueológico do concelho.

Esse trabalho de campo proporcionou um contacto muito próximo com a população e permitiu perceber que o museu é uma fonte de identidade daquela população e ter uma noção das suas expectativas e desejos relativamente ao museu.

A opção museológica passou por não contar uma história, mas promover a discussão com os visitantes dos conteúdos apresentados

O museu tem 4 eixos fundamentais de actuação: conservação e investigação; comunicação; qualidade e território.

A vertente da conservação/investigação está actualmente consubstanciada no Instituto Terra e Memória e na ligação ao Grupo “Quaternário e Pré-história”, que trazem ao museu estudantes e investigadores, que acabam por se integrar nas actividades desenvolvidas.

Fruto da ligação afectiva entre os munícipes e o museu o património é encarado na sua dimensão global e identitária. Em simultâneo, há uma preocupação com o desenvolvimento local e a forma como o museu pode interagir nesse processo.

Daí resulta, por exemplo, a intervenção social, promovida durante as semanas culturais organizadas pelos alunos do programa Erasmus Mundus.

No eixo da qualidade, o museu criou uma rede de relações com outros organismos, nacionais e internacionais, que lhe permitem aferir os resultados da sua actividade através da avaliação que esses organismos promovem, sendo disso exemplo o projecto Herity.

Por último, o eixo da comunicação assenta numa subordinação da didáctica aos conteúdos decorrentes da investigação, sendo apresentado o projecto Andakatu, como um exemplo de aproximação da teoria à prática.

Relativamente às estratégias aplicadas para cumprir os 4 eixos referidos inicialmente assentam: numa investigação multidisciplinar e internacional; na conservação e formação, através da criação de laboratórios, na existência e utilização da biblioteca, nas actividades lectivas – que vão dos cursos intensivos aos doutoramentos; na utilização de uma comunicação diferenciada consoante o tipo de visitante; na prestação de serviços à comunidade – através do centro de formação politécnica criado pelo IPT, da associação da marca do museu ao concelho e pela disponibilização de uma biblioteca especializada; na gestão por objectivos, racionalizando os meios disponíveis; na acreditação do museu e, finalmente, na implementação de sistemas de gestão da qualidade.

Para finalizar, foi apresentado, como projecto a desenvolver a valorização do parque arqueológico do Ocreza, com a construção de estruturas museológicas que possibilitem uma mais fácil comunicação com os visitantes.

O debate centrou-se na questão das reservas associadas aos museus como destino dos espólios das intervenções actuais e na necessidade de associar esses espólios à documentação produzida, na falta de uma definição conceptual de reserva arqueológica e da importância da definição das condições necessárias ao seu funcionamento e, finalmente, no papel dos museus como centros de investigação e das universidades como parceiros dos museus nessa tarefa.

Painel II

O último painel deste ciclo de conferência foi composto pela Directora do Museu de Aveiro, pelo Director da Citânia de Sanfins e pelo arqueólogo do Município de Oliveira de Azeméis.

A intervenção da Dr.^a Ana Margarida Ferreira, do Museu de Aveiro, centrou-se na experiência que desenvolveu no Museu Francisco Tavares Proença Júnior onde promoveu o estudo da colecção arqueológica recolhida pelo fundador do Museu, o que se inseria no projecto mais vasto de realizar o estudo das colecções de arqueologia que compõem o espólio do museu, promovendo a sua exibição cíclica através da criação uma galeria específica para a arqueologia.

Começou por fazer o enquadramento biográfico de Francisco Tavares Proença Júnior ao que se seguiu uma breve apresentação dos elementos mais significativos na história do museu, para depois se centrar na forma de gestão dos espólios arqueológicos em reserva que tinha tentado implementar.

O princípio consistia na criação de uma galeria de arqueologia que serviria para apresentar exposições temporárias, sendo que cada uma delas seria antecedida pelo estudo do conjunto a apresentar.

No caso da colecção recolhida por Francisco Tavares Proença Júnior, a colecção foi estudada por 11 especialistas e elaborado um catálogo. Em complemento, foi realizado um DVD, que procura dar a conhecer a vida do fundador do museu e que a apresentava aos visitantes, uma vez que a sua projecção integrava o circuito expositivo.

A exposição foi estruturada em 3 grupos: um primeiro que apresentava as peças provenientes de Castelo Branco, o vídeo referido anteriormente e, finalmente, o conjunto de materiais recolhidos fora do distrito de Castelo Branco.

Deu conta que, devido aos constrangimentos orçamentais, a ideia inicial de estudo das colecções em reserva acabou por não poder ser concretizada.

Concluiu, fazendo uma referência à situação com que se viu confrontada no museu de Aveiro, onde, durante as obras de ampliação do edifício as escavações arqueológicas permitiram a recolha de um espólio bastante amplo que será incorporado no museu, sendo que este, pelas

suas colecções, não é um museu vocacionado para a arqueologia, o que coloca alguns problemas de integração desse espólio.

A segunda intervenção, do Professor Armando Coelho Ferreira da Silva, centrou-se na sua experiência na Citânia de Sanfins.

Também neste caso foi feito um apontamento sobre a história do sítio, referindo-se que os primeiros trabalhos eram o resultado de intervenções com um elevado grau de amadorismo. Apesar disso, o Museu foi criado em 1947 na casa de Manuel Coelho, sendo, ainda hoje, um dos espaços ocupados pela instituição.

Actualmente, a citânia pretende essencialmente apresentar uma abordagem pedagógica, surgindo nesse contexto os actos de musealização nas ruínas, para facilitar a sua interpretação aos visitantes.

O largo período de tempo dedicado estudo do sítio, permite ao Professor Armando Coelho ter hoje a noção de que algumas das estruturas construídas para apoio aos visitantes deveriam ter sido colocadas em locais diferentes daqueles que ocupam, mas que acabaram por ser as circunstâncias a fazer com que ficassem nos locais que ocupam.

O museu da Citânia de Sanfins assume-se, tal como o de Mação, como representativo da identidade da região onde se insere, sendo uma estrutura especializada cronologicamente no período proto-histórico e na romanização.

Para dinamizar o museu foi criado um centro dedicado à cultura castreja e ao mundo céltico.

Tendo em conta a vastidão do espólio recolhido ao longo dos anos, a última intervenção no museu foi ao nível da reserva, com a construção de um edifício de raiz destinado a conservar esses espólios, mas com o objectivo de ali poder ser apresentado todo o processo de investigação arqueológica, sendo assim um espaço aberto e visitável, onde, inclusivamente, poderiam ser apresentados os materiais em reserva, alvos de estudo ou de intervenções de restauro.

A última intervenção do ciclo de conferências pertenceu a João Tiago Tavares, do Município de Oliveira de Azeméis, que procurou apresentar, com base numa notícia sobre os espólios arqueológicos em Viseu, uma análise à legislação existente para propor como alternativa para os municípios, a constituição de reservas arqueológicas, em lugar da criação de museus.

As reservas arqueológicas poderiam, na sua opinião, assumir-se como alternativas ao depósito em museus, em especial, quando estes não estão vocacionados para receber colecções arqueológicas. Por outro lado, o facto de não terem de cumprir todas as funções de um museu, faz delas um encargo menor para as autarquias que podem assim garantir um local para incorporar os espólios arqueológicos recolhidos no seu território. Naturalmente que, para serem socialmente úteis, estas reservas necessitam de promover a ligação com as universidades para que os espólios sejam alvo de estudos e com os museus, permitindo que sejam expostos alguns deles à medida que sejam estudados.

O debate suscitou algumas questões a esta proposta de reservas arqueológicas, essencialmente sobre a sua operacionalização e formas de garantir que os espólios ali seriam depositados.

Terminado o espaço de debate passou-se à sessão de encerramento, aproveitada para a assinatura de um protocolo de colaboração entre o Município de Oliveira de Azeméis e o Museu Nacional de Arqueologia.